

CONCOURS CENTRALE•SUPÉLEC

Portugais

MP, PC, PSI, TSI

4 heures

Calculatrices interdites

2012

L'usage de tout système électronique ou informatique est interdit dans cette épreuve.

Rédiger en portugais et en 500 mots environ une synthèse des documents proposés. Vous indiquerez avec précision à la fin de votre synthèse le nombre de mots qu'elle comporte. Un écart de 10% en plus ou en moins sera accepté. Votre travail comportera un titre comptabilisé dans le nombre de mots.

Ce sujet propose les 5 documents suivants :

1. une courte bande dessinée ;
2. un dessin de presse ;
3. un article paru dans *Diário de Notícias* le 25 novembre 2011 ;
4. un extrait d'un discours de Dilma Rousseff ;
5. un éditorial paru dans *Le Monde Diplomatique-Brasil* en octobre 2011.

L'ordre dans lequel se présentent les documents est aléatoire.

O GOVERNO PROPÕE O DESPEDIMENTO POR NÃO CUMPRIMENTO DE OBJECTIVOS OU QUEBRA DE PRODUTIVIDADE.



ESPERO QUE ISSO NÃO INCLUA GOVERNANTES.



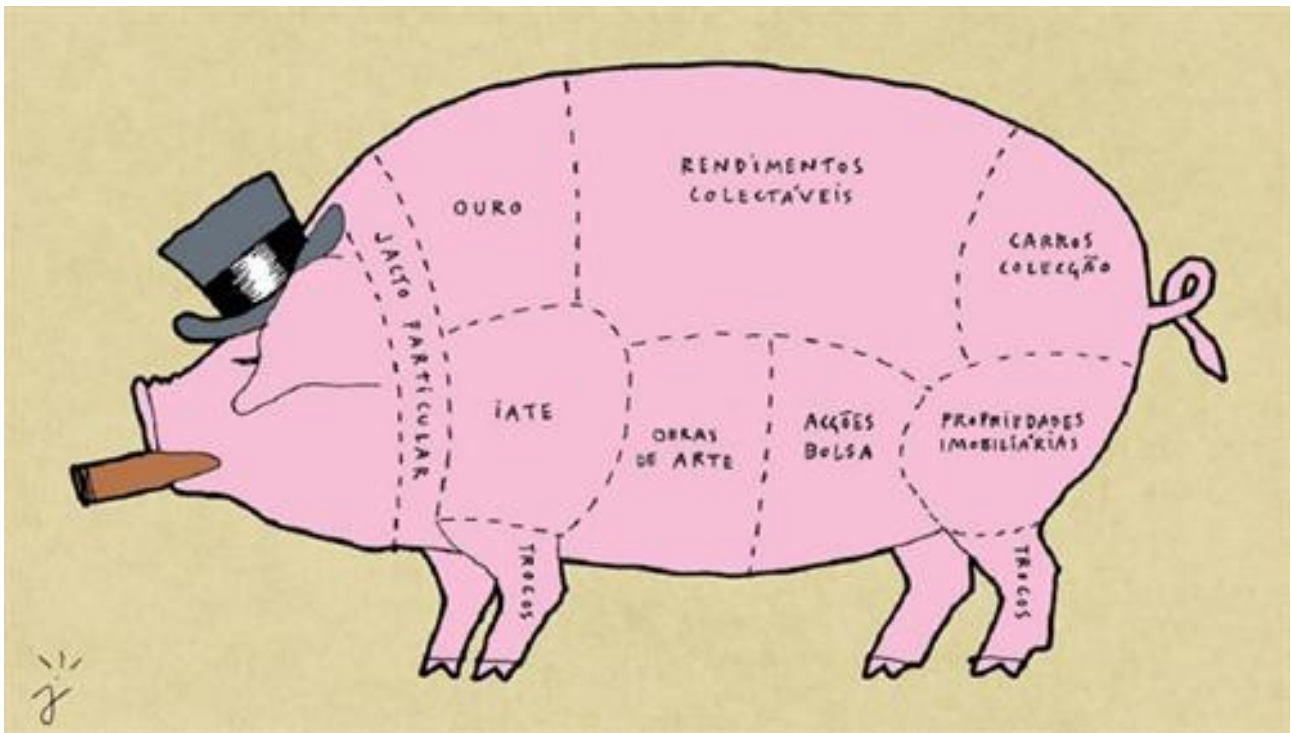
PORQUÊ?



COMO NORMALMENTE NÃO CUMPREM OS OBJECTIVOS DO PROGRAMA ELEITORAL, VÃO ACABAR TODOS DESPEDIDOS, COITADOS.



Público (Portugal), 23/09/2011



O inimigo público (Portugal), 2/09/2011

CHRISTINE LAGARDE:

Nenhum país está a salvo de uma tempestade financeira

por Lusa 25 Novembro 2011

Diário de Notícias

Nenhum país está a salvo de uma eventual tempestade financeira que possa partir da Europa, considerou hoje a directora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde.

“A América Latina não está a salvo de uma tempestade que parta da Europa. Ninguém está”, escreveu Lagarde, que deve iniciar segunda-feira uma viagem de quatro dias ao Peru, ao México e ao Brasil. Na sua nota, divulgada no sítio do FMI e noticiada pela AFP, Christine Lagarde refere que, até há pouco tempo, “a América Latina era uma das regiões mais expostas e mais vulneráveis” aos choques exteriores.

A crise de 2008/2009 mostrou que “já não é esse o caso” e que “a nova América Latina pode servir de exemplo aos países avançados”, acrescentou Lagarde, sublinhando a capacidade dos países na América do Sul a “poupar para os dias sombrios” e a “assegurar que os riscos do setor bancário sejam controlados”.

No entanto, alertou a responsável, “no mundo interligado, não há nenhum lugar para se esconder” e os países da América Latina deverão tomar todas as precauções que se impõem e preparar-se para um eventual choque oriundo da Europa.

<http://www.dn.pt/inicio/economia>

Excerto do discurso pronunciado pela Presidenta da República brasileira, Dilma Rousseff, durante sessão solene na Assembleia Nacional de Luanda, em Angola, no dia 20 de outubro de 2011

[...] Em 2010, Angola foi o terceiro maior mercado para os produtos brasileiros na África e o quarto maior exportador africano para o Brasil. A presença de empresas brasileiras em Angola é um testemunho desse esforço de fortalecimento das relações comerciais e dos fluxos de investimentos mútuos.

Queria dizer aos senhores que o Brasil adota princípios nessa cooperação, que gostaria e exige que sejam aplicados em relação ao Brasil. Quais são esses princípios? Primeiro, nós consideramos que as empresas brasileiras que trabalham em Angola têm de contratar, empregar e incentivar trabalhadores angolanos, dirigentes angolanos, engenheiros angolanos, porque é isso que gostamos que façam no nosso país. Segundo, as nossas empresas devem privilegiar também parcerias com empresas angolanas. Terceiro: nós temos de privilegiar e de aceitar a orientação, os planos e os planejamentos dos países nos quais nós estamos cooperando fraternalmente. Assim sendo, as empresas brasileiras têm de respeitar as condições, as regras e as determinações que o governo legitimamente eleito de Angola estabelece para o país. Os mais de US\$ 3 bilhões disponibilizados pelo Brasil fazem de Angola o maior beneficiário de créditos no âmbito do Fundo de Garantias de Exportações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Esse mecanismo vem se mostrando extremamente eficiente na promoção do intercâmbio entre nossos países. E, sem sombra de dúvida, sempre que for necessário esse Fundo será ampliado. [...]

Senhoras e senhores,

O Brasil alia-se a Angola na construção de um mundo mais justo, seguro e solidário. Sabemos, sobretudo, que é sob a liderança política da África que vamos encontrar as melhores soluções para os problemas africanos. O cenário internacional atravessa fase de aceleradas transformações. Os países emergentes, como os nossos, são chamados cada vez mais a ocupar o espaço que lhes cabe. A concentração do poder nos órgãos multilaterais, que hoje representam, sobretudo, os países desenvolvidos, está ultrapassada, representa uma ordem internacional que não mais existe. Ela não reflete a realidade e a força emergente dos países em desenvolvimento. Não reflete continentes inteiros, como é o caso da América Latina e da África.

O Brasil tem trabalhado pela reforma, seja do Conselho de Segurança das Nações Unidas, seja das instituições financeiras multilaterais no plano internacional. Estamos juntos, Angola e Brasil, no esforço pela estabilidade e recuperação econômica de Guiné-Bissau. O mundo reconhece a importância do crescente engajamento de Angola em prol da estabilidade política no contexto africano. Aos povos em guerra, este país é exemplo da possibilidade de construir a paz, e levar adiante a reconstrução nacional no pleno gozo das liberdades democráticas. [...]

EDITORIAL

A Espiral da Insensatez

por Silvio Caccia Bava

Agora não é mais uma bolha que explode. É uma crise sistêmica e planetária do modelo de capitalismo financeiro que domina o mundo. Ninguém escapa dela.

Tal como grandes animais predadores, as grandes cor-

porações financeiras internacionais estão devastando o tecido social europeu, criando uma zona de crescente instabilidade política e colocando em risco a economia global, mas também estão criando espaços para sua contestação.

Desde meados dos anos 1980 essas grandes corporações financeiras internacionais se fortalecem. Hoje elas controlam os governos e os organismos multilaterais, como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Central Europeu. Isso ficou claro na crise de 2007/2008, quando um grupo dos mais importantes executivos, reunido com o FMI, impôs aos governos nacionais que se endividassem para salvar os grandes bancos privados. E os governos se endividaram muito além de sua capacidade.

Esse endividamento golpeou o governo da Irlanda, da Grécia, de Portugal, da Espanha e da Itália, e coloca sob ameaça mesmo a França e a Inglaterra. E para salvar esses países do default (calote) da dívida pública, novos pacotes de volumosos empréstimos foram mobilizados, com uma importante participação das grandes corporações financeiras internacionais, que viram nessas operações, com taxas de juros recordes, a possibilidade de grandes ganhos.

A crise, no entanto, recrudescer. A receita amarga das brutais políticas nacionais de ajuste, isto é, os cortes no orçamento público, nos salários, nas aposentadorias e nas políticas sociais não são suficientes para que esses governos paguem o que devem. E assim vai se desenhando uma espiral descendente cujo horizonte é mais recessão.

Quando esses grandes bancos privados perceberam o novo risco de default viram o valor de suas ações despencar, mobilizaram outra vez os governos e a União Europeia, para garantir não só processos de recapitalização, mas também seus investimentos em bônus do tesouro de vários países. Numa conjuntura tão delicada, os conflitos de interesses no seio da União Europeia estão impedindo até o momento políticas regionais articuladas de enfrentamento da crise. Esse imobilismo faz que os riscos de desastre cresçam.

O que está em questão é o poder dessas grandes corporações financeiras internacionais. Se elas continuarem governando o mundo, a crise só se aprofundará. Abre-se então um novo campo de debate. Como superar essa crise?

O que era inimaginável poucos anos atrás está sendo discutido como uma das opções: a estatização do sistema financeiro privado — algo que a Índia já fez há mais de dez anos.

Aliás, vale lembrar que tanto a Índia como o Brasil (que tem 48% de seu sistema financeiro nas mãos de bancos públicos), pela importância do sistema financeiro público, puderam tomar medidas coordenadas de

políticas anticíclicas e assim reduzir o impacto da crise de 2007/2008 sobre sua economia e sociedade.

Uma alternativa em discussão é a proibição da operação com derivativos: trata-se de impedir o sistema financeiro de especular e operar sem o necessário lastro de riqueza. Mas essa é uma política que necessita de coordenação internacional, e os atuais organismos de regulação internacional estão capturados pelos donos do poder.

Também volta como proposta a auditoria das dívidas públicas, as contraídas pelos governos. Experiências recentes, como a do Equador, resultaram em substancial redução de seu valor.

Os novos movimentos sociais impulsionados pela juventude na Espanha, na Grécia e no Chile vão além. Eles também querem a estatização dos bancos privados, mas trazem outras propostas: o fim das heranças e o salário-base de 30 mil euros anuais para todos, empregados e desempregados. No Chile, os estudantes não estão interessados em negociar com o Congresso; querem um plebiscito para definir que educação não pode ser objeto de lucro. Tem de ser pública, universal, gratuita e de qualidade.

Enquanto essas propostas ainda não ganham corpo, os grandes bancos buscam criar soluções para garantir sua própria sobrevivência. Para eles, trata-se de corrigir falhas do sistema, não de questioná-lo.

As propostas vão desde o patético apelo do bilionário Warren Buffet — de que os ricos precisam pagar mais impostos, com o que as grandes corporações discordam plenamente, e o Tea Party, nos Estados Unidos, está igualmente em radical discordância — até a versão da Taxa Tobin para os ricos, uma taxa sobre as transações financeiras, cujos recursos seriam destinados a um fundo europeu de estabilização para a recapitalização de bancos em dificuldades.

É da natureza do bicho. As grandes corporações não olham para o interesse público; elas têm como objetivo o máximo lucro. E, se os governos não foram capazes de impor essa dimensão de regulação pública à sua atuação, é porque foram capturados por ela. Isso compromete o sistema político e a democracia.

Os governos, com as políticas de ajuste, passaram a estar contra as maiorias. E, se o sistema político está controlado, sem condições de ser a arena pública da disputa e dos conflitos, da negociação, então as tensões ganham as ruas. A crise sistêmica é também a crise do sistema político.

Le Monde Diplomatique-Brasil, edição 51, outubro 2011.